

TRABALHO, GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: PARA ONDE ELAS E ELES VÃO?

Fabiana Freitas Costa

Instituto Federal da Bahia – IFBA / fabiana.costa@ifba.edu.br

Resumo

A partir das reflexões e problematizações geradoras do projeto de doutorado recentemente iniciado, este trabalho se propõe discutir elementos empíricos e teóricos que apontam para uma lacuna na investigação sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais, sob o enfoque de gênero, de estudantes que já passaram pelo ensino técnico integrado. Considerando o fato de que a pesquisa de doutorado, de onde partem as reflexões deste trabalho, encontra-se em sua fase inicial de levantamento bibliográfico, a contribuição desta comunicação se concentrará na discussão que ofereça pistas para o debate sobre gênero e trabalho no contexto do ensino profissionalizante. Para tanto, partiremos do levantamento bibliográfico inicial sobre o tema, além das primeiras informações levantadas sobre o lócus da pesquisa e a composição de estudantes ingressantes no IFBA campus Simões Filho em 2007, por sexo. As questões levantadas bem como as lacunas na bibliografia sobre o tema nos levam a insistir na pergunta que dá o título a esse trabalho e nos levam à compreensão de que, na análise da trajetória acadêmica e profissional de jovens egressos/as do ensino técnico, a inter-relação entre educação e gênero não pode ser negligenciada. Ainda que sustentemos a afirmação de que os espaços industriais ou o universo do ensino técnico possam se configurar em ambiente hostil às mulheres, tendo em vista uma socialização que constrói expectativas de gênero excludentes, não é possível deixar de fora a compreensão que as estudantes que se inscrevem em cursos dessa natureza já estão mostrando a força da subversão a tais expectativas.

Palavras-chave: Trabalho, Educação profissionalizante, Relações de gênero.

Introdução

Apesar do título do trabalho se apresentar através de uma pergunta, esta comunicação pretende (re)afirmar a necessidade deste questionamento. A partir das reflexões e problematizações geradoras do projeto de doutorado¹ recentemente iniciado, este trabalho se propõe discutir elementos empíricos e teóricos que apontam para a lacuna na investigação sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais, sob o enfoque de gênero, de estudantes que já passaram pelo **ensino técnico integrado**.

As antigas Escolas Técnicas Federais, após mudanças na legislação do ensino técnico no Brasil, compõem hoje a rede de Institutos Federais de Educação (rede IF). Durante muitas décadas

¹ Este texto é fruto das leituras sobre gênero, educação e trabalho que compõem a fase inicial do projeto de Doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFBA, a saber, o projeto “**Trabalho, gênero e educação profissional – Trajetórias de egressos/as de cursos técnicos integrados do IFBA**” sob orientação da professora Iracema Brandão Guimarães e do trabalho final da disciplina Estudos sobre gênero e Trabalho (ministrada em 2016.2, através do mesmo Programa).

se constituíram como espaço formativo importante para a criação de um operariado industrial no país, ainda que os cursos técnicos não garantam a inserção dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo diante de determinados cenários econômicos. (DELMONDES, 2006). Mesmo em cenários favoráveis, não é possível afirmar, entretanto, que esse operariado industrial tenha sido absorvido pelo mercado de trabalho de forma homogênea, especialmente quando destacamos a categoria gênero.

Na última década, com a expansão do ensino profissionalizante e da rede de Institutos Federais (OLIVEIRA, 2014), o aumento da oferta de vagas e também as mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior no Brasil, as questões ligadas ao mundo do trabalho em suas conexões com o ensino profissionalizante ganharam novas nuances. Estudos recentes apontam para a importância dos cursos técnicos na vida profissional dos egressos (RAYKIL; PAIXÃO, 2014). A preocupação com estas conexões na trajetória de jovens, considerando as relações de gênero como categoria de análise (SCOTT, 1990) é em que configura o universo temático deste trabalho e da proposta de pesquisa de onde ele parte. A proposta deste trabalho é apresentar reflexões sobre a relação trabalho, gênero e educação profissionalizante partindo da caracterização do Ensino Médio Integrado ao Técnico na rede de ensino federal e das singularidades deste modelo de ensino no que diz respeito às possibilidades abertas e às trajetórias possíveis para jovens, homens e mulheres que experimentam essa modalidade de ensino.

Neste trabalho, tal como no projeto do qual ele parte, tomo como ponto central o questionamento acerca da existência e persistência de assimetrias de gênero no mercado de trabalho, especialmente industrial, assim como nas carreiras profissionais. A literatura sobre a temática ligada a trabalho e gênero, no campo da sociologia, leva a refletir de modo intenso sobre a divisão sexual do trabalho no capitalismo (HIRATA, 2007) e as consequências dessa divisão do trabalho nas condições de vida dos sujeitos.

O trabalho realizado pelas mulheres, embora seja uma constante nas diversas sociedades e culturas, nem sempre é reconhecido como tal. A clássica concepção que divide o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo atribui o reconhecimento e valor apenas ao trabalho produtivo, enquanto confere o status de “não trabalho” ao que se poderia chamar trabalho reprodutivo. Nas sociedades ocidentais, o trabalho reprodutivo, conseqüentemente o “não trabalho” costuma ser atribuído às mulheres, com um forte apelo naturalizante.

Um dos efeitos mais recorrentes dessa divisão sexual do trabalho é concentração das mulheres em carreiras profissionais ligadas ao cuidado e geralmente menos prestigiadas social e

financeiramente. Além disso, mesmo considerando a inserção das mulheres brasileiras de forma mais acentuada na população economicamente ativa especialmente a partir da década de 1970 (HIRATA e HUMPHREY, 1984), as atividades domésticas, por exemplo, continuam até hoje atreladas à jornada de trabalho feminina, de modo que a dupla jornada ainda é um dos grandes problemas enfrentados pelas mulheres. Ainda que pese o fato de que as mulheres possuem mais anos de estudo que os homens (sem fazer neste momento uma análise que incorpore os quesitos de raça e classe, imprescindíveis no aprofundamento posterior do objeto), os postos de trabalhos mais qualificados e os trabalhos mais bem remunerados não se concentram entre elas (QUIRINO, 2012).

Metodologia

Considerando o fato de que a pesquisa de doutorado, de onde partem as reflexões deste trabalho, encontra-se em sua fase inicial de levantamento bibliográfico, a contribuição desta comunicação se concentrará na discussão que ofereça pistas para o debate sobre gênero e trabalho no contexto do ensino profissionalizante. Para tanto, partiremos de três elementos:

- levantamento bibliográfico inicial sobre o tema;
- primeiras informações levantadas sobre o *locus* da pesquisa;
- composição de estudantes por sexo no ano de 2007 (1º ano) e 2010 (4º ano).

No tocante ao terceiro item, os dados são sobre os estudantes matriculados no IFBA, campus Simões Filho, onde a pesquisa em andamento será desenvolvida. Os cursos oferecidos neste campus, na ocasião, eram: Metalurgia, Mecânica industrial, Petróleo e Gás e Eletromecânica. A **turma ingressante em 2007** importa-nos, especialmente, por ter sido a primeira da modalidade de ensino técnico integrado ao médio (cursos de duração de 4 anos) após as mudanças na legislação que instituem essa modalidade de ensino. Os dados foram obtidos da plataforma de acesso de professores à listagem de alunos e correspondem ao campus Simões Filho, onde leciono desde 2010.

Gênero e Trabalho

A proposta de analisar a trajetória acadêmica e profissional de jovens egressos/as do ensino técnico profissionalizante sob a perspectiva de gênero nos leva para a discussão que bebe tanto da **sociologia do trabalho**, quanto do **campo da educação** e dos **estudos de gênero**. Do ponto de vista da educação, embora as questões não se resumam a este aspecto, é preciso ressaltar que a educação técnica no Brasil foi geralmente destinada aos estratos sociais mais baixos numa

perspectiva de formação e reprodução da classe trabalhadora. Ainda que pesem as mudanças no cenário da educação pública e as crises que afetaram os estratos médios fazendo-os migrar em parte para o ensino técnico (integrado) de nível médio da rede federal, tomados como “oásis de qualidade” no conjunto do ensino público, no caso das Escolas Federais mais distantes do centro, ainda é muito evidente a busca de estudantes das camadas médias, mas especialmente da classe trabalhadora.

Se os elementos ligados à dinâmica de classe são imensamente relevantes para compreender os percursos de estudantes que passam pelo ensino técnico integrado, a categoria de gênero também possui extrema relevância. Na sociologia, nos deparamos com o debate sobre a produção e reprodução das desigualdades que se evidenciam a partir dos estudos sobre inserção profissional de homens e mulheres no contexto atual do capitalismo e o acúmulo teórico no que diz respeito à divisão sexual do trabalho se torna vital para a investigação.

As concepções e estudos de Hirata (2006) e Hirata e Kergoat (2007) sobre divisão sexual do trabalho, inserção das mulheres no trabalho industrial constituem, assim, um marco teórico importante para desenvolver o questionamento central presente no problema de pesquisa no que se refere às trajetórias acadêmicas e profissionais de jovens egressos do ensino profissionalizante através da ótica de gênero.

Inserida na dinâmica mais ampla da divisão sexual do trabalho, que não pode ser vista como a-histórica ou independente dos contextos sociais e culturais (Hirata, 2007), notamos que persiste na sociedade brasileira atual uma recorrente desvalorização do trabalho socialmente considerado feminino e, em contrapartida uma valorização mais acentuada, no status e na remuneração, dos trabalhos socialmente construídos como masculinos. O trabalho industrial, campo para o qual se voltam os cursos selecionados na pesquisa é frequentemente concebido como campo masculino, sobretudo quando o trabalho demanda algum grau de esforço físico. Os estereótipos e representações sociais que atrelam o feminino à delicadeza, fraqueza física dentre outros atributos, são alimentados e frequentemente utilizados pelo empresariado, convenientemente, como justificativa para alocação das mulheres em funções de baixa remuneração.

O contexto de debate sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais de jovens oriundos do ensino técnico integrado através da categoria de gênero é também o conjunto das intensas transformações no mundo do trabalho. Tais transformações se apresentam, por um lado, por uma crescente participação das mulheres em diferentes ocupações (inclusive as que estiveram durante muito tempo sob domínio quase exclusivo dos homens), mas, por outro lado, no rastro dessas

transformações algumas permanências se verificam especialmente na alocação de homens e mulheres em setores da economia.

A entrada de mulheres em profissões, cargos e espaços de trabalho, que anteriormente eram ocupados apenas por homens, abre a possibilidade para que os indivíduos envolvidos se questionem sobre a validade de um modelo de divisão sexual do trabalho calcado em habilidades ditas naturais. DANIEL, 2011, p.335.

Contribuindo também para o cenário de desigualdade, ainda é preciso levar em conta as transformações na organização e gestão do trabalho a exemplo da intensificação da reestruturação produtiva e o modo como estas transformações afetam de forma diferenciada homens e mulheres (DANIEL, 2011, p. 324).

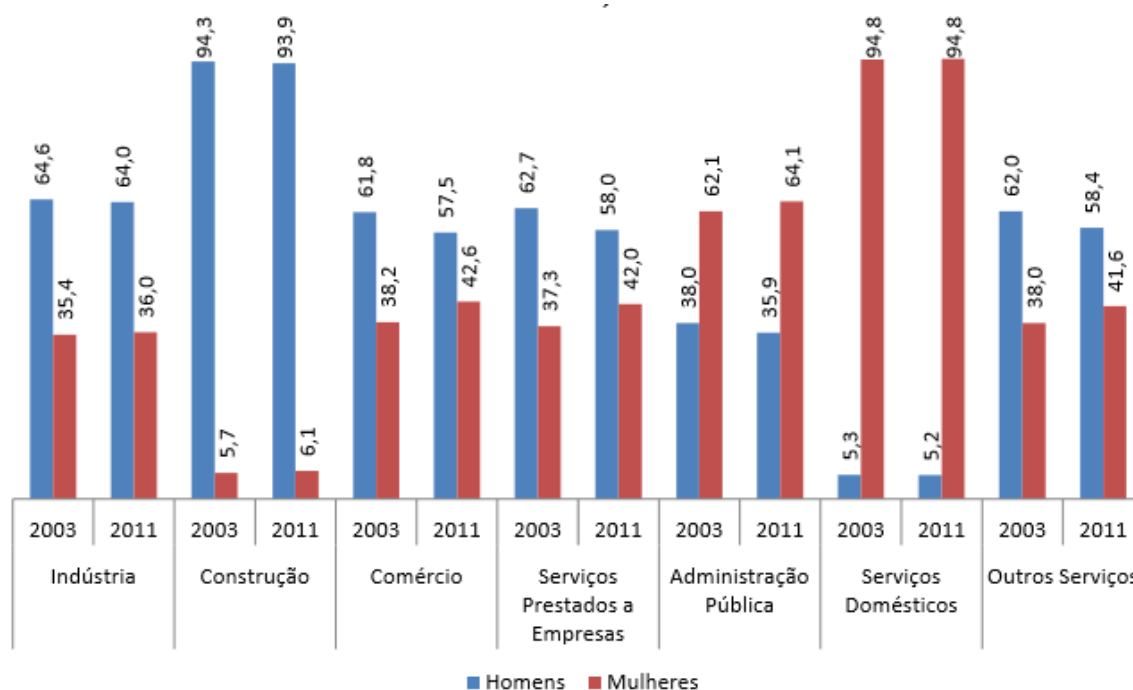
Considerando este cenário de transformações, especialmente no início dos anos 2000, Helena Hirata, em seu texto *Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho*, aponta outro aspecto interessante deste contexto que é a tendência a uma diversificação das funções que revelaria que

[...] em um dos pólos estão presentes profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente elevados em comparação com o conjunto da mão-de-obra feminina: engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, desembargadoras, juízas etc. O segundo pólo é formado por empregos precários, sem perspectivas de plano de carreira e mal remunerados e cresceu muito devido ao aumento do trabalho em tempo parcial, temporário... (HIRATA, 2003)

Assim, é preciso insistir no modo como o debate sobre gênero, trabalho e educação, assim como todas as análises que se pretendam mais profundas, precisam se valer de um olhar interseccional para seus estudos. Ainda que as relações de gênero sejam importantes para a compreensão das trajetórias acadêmicas e profissionais dos jovens, a categoria gênero não opera sozinha nas dinâmicas sociais, especialmente na produção das desigualdades ou nas (re)criações de estratégias de empoderamento. Por esta razão é necessário recuperar o conceito de interseccionalidade desenvolvido por Crenshaw (2002). Para esta autora gênero costuma estar ligado a outros marcadores de desigualdade, como classe, origem/identidade étnica, geração, dentre outros, criando cenários diferentes para sujeitos localizados em lugares interseccionalmente diferentes na trama social.

Ao pensar o trabalho feminino, especialmente em setores onde predominou historicamente a presença masculina, não é possível deixar de lado os elementos culturais e ideológicos presentes no discurso e nas práticas sociais. Ao observar o gráfico a seguir, fica evidente a resistência a mudanças na configuração da ocupação de determinados setores no que diz respeito ao recorte por sexo/gênero.

Gráfico 1 – Participação na população ocupada, por grupamento de atividade, segundo sexo (%) – 2003 e 2011 (Média das estimativas mensais)



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011.

Como é possível notar, setores como a indústria e a construção civil, de predominância masculina, não apresentaram, entre 2003 e 2011, diferença substancial na composição por sexo. Nestes setores, a presença feminina encontra uma série de obstáculos, e a própria alocação das mulheres no interior das atividades (divisão sexual do trabalho no interior dos setores de atividade) devem ser analisadas de forma cuidadosa (ROMCY e BRITES, 2014; SOARES, 2015). Em outro pólo, o setor de serviços domésticos, de predominância intensamente feminina, apresenta mudança de apenas 1% na configuração por sexo no mesmo intervalo de tempo.

Assim, para além do que os números revelam sobre a presença das mulheres na indústria, por exemplo, devemos acrescentar os elementos subjetivos inerentes às relações sociais e às relações de poder que corroboram para a presença ou para a exclusão das mulheres no trabalho. No que diz respeito às tensões nas relações de gênero, Daniel (2011) destaca como a ausência de banheiros apropriados em espaços de trabalho (inclusive nos setores industriais e de construção civil) são usados como justificativas de recusa na contratação de mulheres ou mesmo como justificativas para a ideia de que determinados lugares não são próprios de mulher. Além deste elemento, assédios, “piadas”, constrangimentos e a própria sexualização das relações e do local de trabalho são

reiteradamente práticas que os homens lançam mão para afastar as mulheres de determinadas ocupações, cargos de chefia ou funções (DANEL, 2011, p.335).

Deste modo, categoria de gênero, aliada à discussão da divisão sexual do trabalho, é imprescindível para o desenvolvimento da análise. Gênero é aqui compreendido como uma categoria de análise fundamental no estudo das sociedades além de ser elemento constitutivo das relações sociais (SCOTT, 1990). Como ressalta Joan Scott (1990) gênero não pode ser confundido com a dimensão naturalizada e biologizante evocada pelo “sexo”, mas deve ser compreendido dentro das relações sociais e históricas, se constituindo como forma primeira de significar as relações de poder e, sobretudo como categoria através da qual se estabelece e distribui poder e se controla o acesso a bens simbólicos e materiais. Considerando-se que gênero constitui uma das categorias centrais desta proposta de pesquisa é importante trazer as indagações e questionamentos resultantes da leitura de Butler (2016) e suas potencialidades explicativas no debate mais contemporâneo sobre identidades e subversões de gênero, além da crítica desta autora à biologização das categorias ligadas ao gênero.

Ensino Técnico Integrado e apontamentos sobre gênero e trabalho

A modalidade de ensino médio integrada ao ensino técnico ressurgiu no cenário da educação e do trabalho a partir de mobilizações e novas discussões de sujeitos envolvidos na esfera da educação profissional logo após o início do primeiro mandato de Lula e em resposta a mudanças que tinham se processado nos governos de FHC, que separava o ensino médio (formação geral) da formação para o trabalho (ensino profissionalizante). Com a nova proposta em discussão a partir de 2003, entra em cena, com o Decreto 5.154/04, o ensino médio integrado ao técnico, com a pretensão de romper com a dicotomia entre as possibilidades de formação para o prosseguimento na vida acadêmica e a formação para o trabalho. No IFBA, especificamente no campus Simões Filho, esta mudança passa a vigorar no ano letivo de 2007.

O IFBA campus Simões Filho já fora CENTEC (Centro de Educação Tecnológica da Bahia) de 1978 até o ano de 1992, quando, com mais uma alteração na legislação da educação teve sua estrutura desativada e sua sede transferida para Salvador (OLIVEIRA, 2014). Os CENTEC's eram centros de formação tecnológica de nível superior. A reabertura acontece em 2006 como UNED - Cefet-Ba. Enquanto Cefet-Ba, a então unidade de Simões Filho oferecia o Ensino Médio regular (duração de três anos) e o ensino Pós-Médio (hoje chamado Subseqüente). A partir de 2007, devido a mudanças ocorridas na legislação do ensino técnico de nível médio, passa a oferecer não mais o

Ensino Médio regular (assim como todos os outros campi) e em seu lugar, passa a ser oferecida a modalidade de Ensino Médio Integrada ao Ensino Técnico (duração de quatro anos).

Tomando como exemplo a **primeira turma** da modalidade Integrada no IFBA- Simões Filho, é interessante registrar que a entrada de 153 estudantes no primeiro ano, matriculados em 2007, nos quatro cursos então oferecidos neste campus (Metalurgia, Petróleo e Gás, Eletromecânica e Mecânica Industrial) teve uma distribuição de gênero razoavelmente equilibrada, quando considerada globalmente, de modo que os/as matriculados/as no primeiro ano do curso integrado somavam 81 estudantes do sexo masculino e 72 estudantes do sexo feminino, mas quando os cursos são considerados isoladamente, em Mecânica e Eletromecânica predominam os estudantes do sexo masculino, enquanto em Metalurgia e Petróleo e Gás predominam estudantes do sexo feminino. A predominância de estudantes do sexo masculino nas áreas de Mecânica e Eletromecânica é uma recorrência em quase todos os anos posteriores e não difere muito do universo do trabalho nestes setores, onde predominam a mão de obra masculina. Como o curso tem duração de quatro anos, mais a realização do estágio, a visualização do número de estudantes que chegaram ao quarto ano (em 2010) sem repetir série também chama a atenção: dos/as 153 estudantes que estavam matriculados no primeiro ano em 2007, chegaram ao quarto em 2010 apenas 41 estudantes, sendo 23 do sexo masculino e 18 do sexo feminino.

Apesar de estes números exemplificarem uma característica recorrente da modalidade integrada, a de receber um público misto e relativamente equilibrado no tocante ao gênero (considerando os cursos globalmente), mesmo quando o imaginário hegemônico ainda enxerga a indústria como um espaço masculino, temos poucos estudos sobre egressos e suas trajetórias analisadas sob a perspectiva de gênero.

Nos estudos sobre o ensino técnico profissionalizante, a análise acerca da trajetória de egressos/as do ensino pode oferecer importantes caminhos para compreender alguns aspectos das desigualdades no mercado de trabalho. Ana Carla de Souza Gomes dos Santos, Thiago de Paiva Menezes e Henrique Rego, em estudo com egressos, apontam o estágio como elemento preponderante na inclusão de jovens no mercado de trabalho no contexto pesquisado. (SANTOS et al., 2014). Cabe, entretanto, questionar se mesmo nessa modalidade de ensino as oportunidades de estágio e carreira são equivalentes para homens e mulheres².

² Destacando neste tocante o trabalho em desenvolvimento da estudante egressa de Petróleo e Gás – Alba Colaço – sobre estágio curricular e gênero neste mesmo curso.

O campo sobre desigualdade de gênero e relações de trabalho é vasto em pesquisas nas mais diversas áreas e recortes, mas um número menor de trabalhos apreende o olhar sobre o estudo de egressos de ensino profissionalizante, de modo que o estudo sobre este segmento (assim como o ensino agrotécnico) ainda consiste em terreno a ser mais explorado pela sociologia do trabalho e mesmo pelo campo da educação. Embora possamos listar inicialmente algumas pesquisas que se debruçam sobre as trajetórias e/ou inserção profissional de egressos/as destas modalidades de educação (SANTOS et al., 2014; RAYKIL; PAIXÃO, 2014; DELMONDES, 2006), é preciso ressaltar que boa parte destes autores assinalam, quase sempre, o problema da ausência de dados disponíveis ou estudos mais sistemáticos sobre o assunto.

Quando a busca se encaminha para trabalhos sobre educação profissionalizante e as relações de gênero, temos uma lacuna maior. Ainda assim, é possível destacar estudos relevantes como o de Andreia Almeida, que em dissertação de mestrado intitulada “Educação profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação”, se propõe analisar o modo como acontece a escolha profissional dos/as alunos/as, além de refletir sobre as diferenças e semelhanças entre homens e mulheres na busca por formação profissional através de pesquisa realizada com estudantes do curso de automação industrial do Instituto Federal de São Paulo – Campus Guarulhos. A análise da autora apontou, reafirmando outros estudos deste campo, para a persistência do preconceito e discriminação sofrida pelas mulheres na inserção em curso ou área profissional considerada masculina. (ALMEIDA, 2015).

No tocante às discriminações sofridas pelas mulheres que avançam em espaços socialmente considerados masculinos, há ainda que se considerar questões ligadas à produção das subjetividades dos sujeitos nestas zonas de tensão. Elza Santos (2012) desenvolve a análise sobre a produção de subjetividades das mulheres estudantes de cursos considerados masculinos no Instituto Federal de Sergipe (cursos subseqüentes – realizados após o Ensino Médio regular). A autora analisa como a produção de subjetividades dessas mulheres é mediada pelas tensões e conflitos relacionados à dinâmica de gênero no contexto escolar. (SANTOS, 2012).

Considerações Finais

As questões e as lacunas apontadas até aqui nos levam a insistir na pergunta que dá o título a esse trabalho: considerando o ensino técnico integrado ao nível médio, para onde eles e elas vão? Para as universidades? Para quais cursos? Para o setor produtivo, para a indústria? Quais seus itinerários e como as relações de gênero podem (re)configurar a trajetória acadêmico-profissional

destes/as jovens egressos do ensino profissionalizante? Como suas trajetórias são atravessadas, interseccionalmente CRENSHAW (2002), pelos marcadores de raça, sexualidade, classe?

Tendo em vista as questões postas até aqui, percebemos a necessidade de investir em estudos que se preocupem em preencher a lacuna no conhecimento sobre gênero, trabalho e educação em suas múltiplas possibilidades. Com o projeto de pesquisa que dá origem às reflexões deste trabalho, buscaremos, a partir do estudo singular de trajetórias individuais, levantar questões mais amplas sobre o tema, os sujeitos e as estruturas sociais onde estes estão imersos.

Os elementos já aqui apresentados apontam para a compreensão de que, na análise da trajetória acadêmica e profissional de jovens egressos do ensino técnico, a inter-relação entre educação e gênero não pode ser negligenciada. Ainda que sustentemos a afirmação de que os espaços industriais e o universo do ensino técnico possam se configurar em ambiente hostil às mulheres, tendo em vista uma socialização que constrói expectativas de gênero excludentes, não é possível deixar de fora a compreensão que as estudantes que se inscrevem em cursos dessa natureza já estão mostrando a força da subversão a essas expectativas de gênero. Conforme também ressalta LOURO (2014) gênero e sexualidade são construídos e experimentados no contexto da educação e, nesse contexto, as relações de gênero se configuram enquanto relações de poder.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Andréia de. **Educação profissional e relações de gênero: razões de escolha e a discriminação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, 2002.

DANIEL, Camila. O Trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. *O Social em questão* – Ano XIV, n25/26, 2011.

DELMONDES, Lúcia Aparecida. **Os (des)caminhos da educação profissional: uma análise das experiências dos egressos dos cursos técnicos de Campo Grande – MS**. Dissertação de Mestrado. UFMS, 2006.

HIRATA, Helena. Por quem os sinos dobram? Globalização e divisão sexual do trabalho. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003. p. 15-30.

HIRATA, Helena. (Entrevista: Helena Hirata). **Revista Trabalho, educação e saúde**. v.4, nº1, Rio de Janeiro, 2006

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Trad. Fátima Murad. **Cadernos de pesquisa**. v.37, nº132, set/dez, 2007.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. São Paulo: **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, outubro de 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. **Revista Economia Política**. Vol. 4, nº 4, out-dez, 1984.

IBGE. Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Pesquisa Mensal de Emprego (PME): Boletim de março de 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pm_e_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf. Acesso em 29/07/2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ªed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2014.

OLIVEIRA, Alcione Silva de Oliveira e. **Estratégias estudantis para alcançar o ensino superior: o caso do IFBA**. 175p. 2014. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

QUIRINO, Raquel. Trabalho da mulher no Brasil nos últimos 40 anos. **Revista Tecnologia e Sociedade**. Curitiba, v. 8, n. 15, jul./dez. 2012.

RAYKIL, Eladyr Boaventura; PAIXÃO, Roberto Brasileiro. Impacto dos cursos técnicos de nível médio na vida profissional dos egressos do IFBA campus Porto Seguro. **SENEPT - Seminário nacional de educação profissional e tecnológica (Anais)**, 2014.

SANTOS, Ana Carla de Souza Gomes dos; et al. Análise do perfil de aluno e egresso de cursos técnicos por meio de data mining: estudo de caso no Instituto Federal Fluminense. **Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, 2014.

SANTOS, Elza Ferreira. Educação profissional, subjetivação e gênero: uma investigação no Instituto Federal de Sergipe. **Memórias IX Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia y gênero**. Espanha, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e realidade**. V. 16 (2). Porto Alegre, 1990.

SILVA, Monica Ribeiro da; et al. **Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio**. Revista Educação e Pesquisa. USP, 2013.